

O Impresso jornalístico como fonte para o estudo de temas do tempo presente: gênero, candidatos e movimento social

The journalistic printout as a source for the study of themes of the present time: gender, candidates and social movement

Eliana Gasparini Xerri*

Resumo: O objetivo desta produção é refletir acerca do uso do impresso jornalístico, tanto para a pesquisa como para uso no ensino, relacionado ao tempo presente.¹ Reúne critérios metodológicos a partir de revisão bibliográfica sobre os temas escolhidos para o exercício deste estudo, sendo eles: as representações feitas pelo jornal *Pioneiro* acerca dos candidatos às eleições presidenciais, no Brasil (1989 e 1998); a análise crítica do discurso sobre o Dia Internacional da Mulher, no período de 1992 a 1997; e análise histórico-crítica das notícias veiculadas pelo jornal nos anos de 1996 a 2010, sobre a temática do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Considerando os impressos do jornal *Pioneiro*, cuja circulação abrange, sobretudo, a região nordeste do Rio Grande do Sul, o trabalho objetiva estabelecer diálogos entre estudos históricos e o ensino de história, a partir de textos jornalísticos e seus usos.

Abstract: The objective of this production is to reflect on the use of journalistic form for both research and teaching use, related to the present tense. It gathers methodological criteria from literature review on the subject. The themes chosen for the exercise of this study are: the representations made by *Jornal Pioneiro* about presidential candidates in Brazil (1989 and 1998); the critical analysis of the discourse on International Women's Day from 1992 to 1997; and historical-critical analysis of the news published by the newspaper from 1996 to 2010 on the theme of the Landless Rural Workers Movement (MST). Considering the printouts of *Jornal Pioneiro*, whose circulation region covers mainly the northeast region of Rio Grande do Sul, this paper aims to establish dialogues between historical studies and the teaching of history from journalistic texts and their uses.

* Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Professora no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul. *E-mail:* egxerri@ucs.br

Palavras-chave: Impresso. Gênero movimento dos trabalhadores rurais sem terra. Fabricação de candidatos. Tempo presente.

Keywords: Print. Gender. Landless rural worker movement. Candidate making. Present tense.

Introdução

A imprensa exerce papel social significativo, tanto para a formação de opinião pública, quanto como agente político e histórico. Quando atuando como agente formador de opinião pública, utiliza protocolos narrativos com o intuito de convencer o receptor. Também, é importante considerar que a imprensa possui dupla função: a pública, que visa a informar os leitores numa espécie de prestação de serviços e a privada, como empresa que estabelece relações com anunciantes, empresas, proprietários e demais sujeitos envolvidos. Logo trabalhar a imprensa demanda que se esteja atento a aspectos que transcendem o olhar imediato sobre o conteúdo publicado.

O reconhecimento da complexidade e heterogeneidade dos impressos, em seus mais variados gêneros, têm despertado interesse de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Na História, por muito tempo, seu uso foi acompanhado de descrença; no entanto, o número de pesquisas que se dedicam ao tema tem aumentado, uma vez que pode ser considerado fonte e objeto de pesquisa. Como fonte entende-se a concepção apresentada por Saviani:

Fonte é uma palavra que apresenta, via de regra, duas conotações. Por um lado, significa o ponto de origem, o lugar de onde brota algo que se projeta e se desenvolve indefinidamente e inesgotavelmente. Por outro, indica a base, o ponto de apoio, o repositório dos elementos que definem fenômenos cujas características se busca compreender (2004, p.4).

Nesse sentido, os impressos possibilitam a inserção do pesquisador em diferentes contextos: históricos, sociais, econômicos, políticos, culturais. Da mesma forma, as características intrínsecas em sua materialidade, circularidade e produção oferecem múltiplas possibilidades de investigação. Como fonte ou objeto, o impresso se articula com o

conhecimento histórico de forma a possibilitar diálogos com a produção acadêmica e a sociedade.

Ao estabelecer esse vínculo, é importante lembrar que a imprensa transforma a informação em notícia, através de mecanismos como a construção do temário através da seleção de informações e de abordagens capazes de persuadir o leitor de que aquela, agora notícia, possui maior ou menor relevância. Nesse sentido, o tempo histórico do impresso aqui trabalhado, 1989-2010, insere-se no denominado tempo presente. Como conceito histórico, a terminologia “tempo presente” tem sua temporalidade imprecisamente definida, o que não lhe tira importância, como afirmam Pereira e Mata:

A imprecisão crônica do termo “presente” sugere que ele não se situa, talvez nem mesmo possa se situar, no âmbito do conceituável. Certo é que, indiferente a tais dificuldades, o mundo lá fora segue seu curso. Com isso se quer dizer que algum tipo de distinção entre passado, presente e futuro sempre é intersubjetivamente construído (2012, p. 13).

Ao mesmo tempo que associam o termo “presente” com a mobilidade e sequência temporal, a afirmação dos autores considera a importância do estudo e das produções que envolvem o conceito, uma vez que permitem relações com a vivência do próprio pesquisador, também possibilitam sua aplicabilidade no ensino. Contribuindo para a discussão a respeito da importância do tempo presente, Fico afirma:

A história do tempo presente não é uma especialidade voltada apenas para assuntos peculiares ao século XX. A expressão assinala o início de um período histórico que se estenderá por muito tempo. Ela tem sido usada como equivalente de outras, assemelhadas, que designaram a história narrada por historiadores desde a Antiguidade, mas que o cientificismo do século XIX condenou (2012, p. 67).

Portanto, como ocorre nos demais períodos abordados pela ciência histórica, a narrativa do tempo presente é relacionada a um tempo histórico e, sendo ainda um conceito em afirmação, ou seja, pertencente ao tempo em curso, está adequado à fluidez e incertezas de nossa época, causando estranhamentos aos defensores de visões históricas tradicionais.

Ecoa nesse sentido a reflexão constante sobre este campo de estudo, por isso, é necessário discutir o que documentos e fontes históricas possibilitam para a história do tempo presente; para Karnal e Tatsch,

se concluímos que não existe um fato histórico eterno, mas existe um fato que consideramos hoje um fato histórico, é fácil deduzir que o conceito de documento siga a mesma lógica. Fato e documento histórico demonstram nossa visão atual do passado, num diálogo entre a visão contemporânea e as fontes pretéritas (2009, p. 13).

Assim, as narrativas presentes nos impressos do jornal *Pioneiro* se apresentam como fontes de análise e reflexão sobre o acontecido dentro de sua circunstância. Nesse sentido, os textos jornalísticos assumem importância por serem uma espécie de porta-vozes da sociedade em estudo.²

Imprensa – jornal *Pioneiro*

Em consonância com o nosso tempo e com documentos orientadores para a educação, os quais conduzem à busca por novas pesquisas e práticas que façam uso de fontes diversas a fim de significar o ensino, a imprensa tem se apresentado como possibilidade. Nesta perspectiva, Cruz e Peixoto consideram

também na área da História, no ensino e na investigação sobre os mais variados temas e problemáticas, a utilização de materiais da Imprensa [que] hoje, está cada vez mais generalizada. E, sem dúvida, tais usos nos distanciam de um tempo em que a imprensa era considerada como fonte suspeita, a ser usada com cautela, pois apresentava problemas de credibilidade. Nestas últimas décadas, perdemos definitivamente a inocência e incorporamos a perspectiva de que todo documento, e não só a imprensa, é também monumento, remetendo ao campo de subjetividade e da intencionalidade com o qual devemos lidar (2007, p. 2).

Consequentemente, o impresso jornalístico adquire posição relevante, tanto para a pesquisa, como para sua abordagem em sala de aula. É importante considerar os dizeres de Martins e De Luca (2013, p.17), que, “no cultivo de novas fontes e novos objetos para a pesquisa

histórica, a imprensa tornou-se referencial para estudos de natureza diversa”. Trabalhar com o jornal suscita a necessidade de considerar o uso de outras fontes como: livro didático, imagens, documentários, dentre vários materiais que possibilitam compreender, histórica e socialmente, o impresso e seu conteúdo. Como afirma Capelato,

um documento – o jornal, no caso – não pode ser estudado isoladamente, mas em relação com outras fontes que ampliem sua compreensão. Além disso é preciso considerar suas significações explícitas e implícitas (não manifestas). Cabe, pois, trabalhar dentro e fora dele (1988, p. 24).

Para tanto, historiar a imprensa no Brasil é elemento necessário, pois, apenas em 1808 a então colônia passou a contar com a existência da imprensa oficial, uma vez que, durante o período colonial, havia imprensa clandestina. De forma tardia e com acesso restrito, a imprensa passou a ser um instrumento documental sobre o Brasil, o que assenta novamente sua relevância.

Além de sua historicidade, os estudos apontam para a necessidade de critérios e metodologias orientadoras ao seu uso; como lembra Fernandes (2008, p. 19): “É preciso registrar a natureza da informação fornecida por esse tipo de material. É característica da imprensa apresentar informações próximas do fato ou do acontecimento recente”; portanto, o entendimento sobre o tempo presente e os critérios de análise têm recebido contribuições de pesquisadores à medida que novos estudos são feitos. Este trabalho se empenha em articular critérios oriundos de várias análises, visando a sustentar, através de suas observações, o uso de impressos na pesquisa e no ensino. Ao dialogar com experiências publicadas, o estudo se torna uma espécie de manual, a fim de auxiliar novas pesquisas.

O primeiro critério adotado foi a escolha do jornal, pois, como salienta Capelato e Prado,

a escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (1980, p. 19).

Dessa forma, a escolha pelo jornal *Pioneiro* está relacionada à sua área de abrangência (região nordeste do Rio Grande do Sul), além de ser o maior veículo de comunicação agregado a outros dispositivos, como a TV e o rádio, pertencentes ao mesmo grupo empresarial.

O jornal *Pioneiro* atende a 18 municípios na região da Serra gaúcha, abrangendo uma população aproximada de 700.000 habitantes. Conforme Giron e Pozenato (2004), foi fundado em 4 de novembro de 1948, na cidade de Caxias do Sul e obedecia a duas ordens de influência: “uma, voltada à valorização das raízes socioculturais da cidade e, outra, político-partidária, ligada à Ação Integralista Brasileira”. Sua circulação foi semanal até 21 de fevereiro de 1981, quando passou a ser diário, ocasião na qual ficou estabelecido que deixaria de ser partidário, passando a ser comunitário. Conforme as autoras

O *Pioneiro* continua em circulação, tendo mudado de nome – de *O Pioneiro* para *Pioneiro* – no início da década de 80. De propriedade da Empresa Jornalística *Pioneiro*, cujo principal acionista e Diretor-Presidente era Bernardino Conte, foi vendido em 1993 à Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS), quando passou a ser apresentado como *Diário de Integração Regional*. Com tal incorporação, tornou-se um grande periódico, com circulação garantida em toda a região (2004, p. 155).

Ao ser incorporado pela RBS, a formatação e narrativa do jornal passam a ser os mesmos que as adotadas pela empresa nos demais veículos de comunicação; nos anos 2000, também passou a ter publicação *online*, o que remete a um alcance difícil de ser mensurado.

Para a construção da pesquisa, após a escolha do impresso, foram considerados critérios que definem a escolha dos temas, bem como os períodos de publicação dos mesmos; ademais, Capelato (1988, p. 20) nos lembra que o pesquisador deve utilizar critérios e métodos que signifiquem seu uso; dessa forma, constitui etapa importante elaborar

“algumas indagações: quem são seus proprietários? A quem se dirige? Com que objetivos e quais os recursos utilizados na batalha pela conquista dos corações e mentes?” (1988, p. 13).

É importante saber quem o redige e em que espaço temporal e espacial escreve, sua formação, se é um colaborador ou se pertence ao quadro de funcionários. Esses dados e as perguntas apontadas anteriormente permitem reconhecer e estabelecer possibilidades sobre a própria escrita e seu endereçamento. Quanto a esse último, é necessário ser observado, uma vez que emite e propaga opiniões, expressões do pensar de quem escreve, envolvendo a reflexão de quem lê, dado que a imprensa se apresenta como agente histórico e político ao mesmo tempo. Portanto, faz sentido relacionar o texto do jornal com o conceito de endereçamento e ensino apresentado por Ellsworth:

Em outras palavras, o que estou dizendo é que o paradoxal poder de endereçamento consiste na diferença entre, de um lado, todas as outras frases que poderiam ter sido ditas e foram ditas em outros filmes, telenovelas, noticiários, romances, comédias da televisão e, de outro, a frase que foi dita aqui. O modo de endereçamento consiste na diferença entre o que poderia ser dito (tudo o que é histórica e culturalmente possível e inteligível de dizer) e o que é dito (2001, p. 47).

A autora associa o endereçamento a partir da linguagem de filmes com a educação, de modo a teorizar e dar importância ao endereçamento de textos escritos, pois, segundo ela, “o modo de endereçamento envolve história e público e expectativa e desejo”.

A respeito das fontes, elas se revelam como ampliadoras da denominada história cultural; conceito esse que encontra divergências sobre sua definição, como nos lembra Falcon

A história da História tem demonstrado, nos últimos anos, a especificidade da História Cultural, ou seja, a dificuldade ou mesmo a inviabilidade de

pensa-la ainda em termos dos esquemas tradicionais que legitimaram, e ainda legitimam, a maior parte das disciplinas históricas. Estou querendo dizer que, na verdade, a História Cultural não é, em primeiro lugar, uma entre as muitas outras disciplinas históricas especializadas e definidas em função das respectivas temáticas. Em segundo, não é um certo tipo de enfoque ou de abordagem (ou pelo menos, não seria somente isso); e em terceiro lugar, não é apenas um “espaço” ou uma “dimensão real” como algo distinto ou superado ou até situado em termos hierárquicos, e definido em relação a outros espaços/regiões (ou “níveis”) desse mesmo real (2002, p. 79).

Apesar das variadas definições para história cultural, privilegiamos a significância das abordagens que ela permite, estabelecendo diálogos com a escrita, os registros, as representações e os significados presentes na História. Assim, jornais e revistas recebem importância, também, através dos estudos de Burke:

Embora os panfletos sobre eventos da atualidade já fossem comuns no século XVI, os jornais e revistas, que começaram a ser publicados depois de 1600, são os gêneros literários que melhor ilustram a comercialização da informação. [...] Conhecimentos de tipo acadêmico eram difundidos por revistas cultas, publicadas mensalmente ou a cada dois meses. O gênero começara na década de 1660. O historiador reflete a importância de tais gêneros como fontes e transmissores de informação e conhecimento ainda no século XVII (2003, p. 151).

Neste trabalho, jornal, história e ensino tecem diálogos, uma vez que se defende que seu uso auxilia a pensar historicamente. Para o estabelecimento de diálogo mais profícuo, são observadas as contribuições

de Alberti (2015, p.10), que pondera sobre aspectos a serem observados “para alcançar o propósito de mostrar aos estudantes as condições nas quais o conhecimento histórico é produzido”; para tanto, cabe incentivá-los a

se interrogar sobre o contexto de produção e as intenções dos documentos; 2) se perguntar se os documentos apresentados ajudam ou não a responder a pergunta; 3) optar pelos documentos que serão usados na pesquisa, incentivando, assim a autonomia dos alunos e alunas. [...] Para ajudar os alunos a escolher os documentos com os quais darão prosseguimento à sua pesquisa, é interessante acostumá-los a se perguntar: 1) o que o documento me diz?, 2) o que posso inferir?, 3) o que ele não me diz?, e 4) o que preciso saber mais? (2015, p. 10).

As mesmas perguntas e os mesmos critérios apresentados para prática de ensino orientam a pesquisa no impresso. A partir das considerações apontadas, é indicado o estabelecimento de metodologias para o entendimento do conteúdo, sendo importante que as mesmas sejam determinadas pelos pesquisadores em decorrência dos objetivos a serem trabalhados: editorial, capa, contracapa, sessão específica, propaganda, página social, obituário, charge, diagramação, entre tantas possibilidades advindas do impresso.

Neste estudo, as metodologias utilizadas para a análise dos conteúdos foram: a análise crítica do conteúdo para as questões relacionadas ao Dia Internacional da Mulher, a verificação das representações na fabricação dos candidatos à presidência da República e a análise histórico-crítica, com apoio da análise do discurso, utilizada para estudo do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

Trabalhadores, mulheres e candidatos

Os temas escolhidos para este estudo são tanto perenes na historiografia quanto podem ser considerados sensíveis. A opção por

eles é justificada pelo fato de estarem pouco presentes nos materiais didáticos utilizados na educação básica; dessa forma, o uso do impresso traz à tona temáticas importantes para a sociedade contemporânea, temas que, muitas vezes, são pouco valorizados pela escolha do temário do jornal.

Dessa forma, os temas mulheres, candidatos e MST ganham espaço no estudo, cada um com metodologias diferenciadas de análise, demonstrando, de forma provocativa, a pertinência e as possibilidades para o estudo de temas do tempo presente.

Mulheres

O Dia Internacional da Mulher tem sido historicamente a data de maior importância para as reivindicações do movimento de mulheres e é nessa data que elas aparecem com maior relevância no jornal *Pioneiro*. As estruturas econômicas, políticas e culturais, que têm contribuído para a subordinação das mulheres, excluindo-as ou colocando-as em condições de desvantagem, em relação ao sexo masculino, seja no espaço público, nas esferas de poder ou impondo e reproduzindo relações sociais desiguais entre os sexos, são reafirmadas e produzidas através de várias práticas e instituições sociais, dentre as quais o discurso. Por isso, esta pesquisa procura saber se o discurso, presente no jornal *Pioneiro*, sobre o Dia Internacional da Mulher, pôde contribuir, ou não, para a reprodução e naturalização de relações desiguais entre os sexos, no período de 1992 a 1997.

Dois conceitos são norteadores para o desenvolvimento deste trabalho. O primeiro, se apoia na obra de Norman Fairclough (2001), a partir da perspectiva da análise crítica do discurso (ACD). Segundo o autor, discurso é uma prática social de ação sobre o mundo, de representação e de construção de significados; ademais, mantém uma relação dialética com as estruturas sociais, pois, tanto é moldado pelas estruturas sociais como é um dos fatores constituintes de todas as dimensões dessas estruturas, pois constrói e reproduz identidades sociais, relações sociais e sistemas de crenças e conhecimento. A ACD é constituída de análise tridimensional do discurso, que engloba três categorias analíticas: a análise textual, em que o vocabulário, a gramática

e a estrutura do texto são analisados; a análise da prática discursiva, entendida como produção, distribuição e consumo do texto; e a análise da prática social, que são as ideologias, os sentidos e aspectos de orientação econômica, políticas, culturais e ideológicas, que perpassam o discurso.

O segundo conceito diz respeito ao entendimento da categoria de gênero desenvolvido por Scott (1989), como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Através de símbolos culturais e de conceitos normativos, têm se formado e se reproduzido oposições binárias antagônicas que definem o que se entende por homem e mulher, resultando na definição cultural de papéis sociais, identidades e relações sociais, a partir das diferenças biológicas entre os sexos – o que subordina e inferioriza o sexo feminino, em relação ao sexo masculino.

Através dessas considerações teóricas, percebe-se a relevância em se analisar o discurso de um jornal de grande circulação, como o *Pioneiro*, pois, através da ACD, podemos verificar se o mesmo tem ou não reproduzido e naturalizado relações desiguais entre os sexos.

O tema inserção das mulheres no mercado de trabalho é um dos temas de maior frequência nas publicações referentes ao 8 de Março. Presente em seis de um total de sete edições analisadas, esse assunto é apresentado como uma das reivindicações já conquistadas do movimento de mulheres, embora o periódico admita a existência de algumas limitações e persistências de desigualdades às mulheres, no mercado de trabalho. Em diferentes matérias, essa ideia é reforçada por títulos como “Espaço garantido entre barreiras” (*Pioneiro*, 8 de março de 1995, p. 5) ou “Participação profissional rompe barreiras” (*Pioneiro*, 8 de março de 1996, p.16).

No artigo de opinião não assinado, publicado no dia 8 de março de 1994, intitulado “A condição feminina”, o jornal diz que, então, o Dia Internacional da Mulher tinha um significado muito mais abrangente que a luta pelos direitos no mercado de trabalho, pois as mulheres já teriam alcançado “postos impensáveis no mercado de trabalho” e essa reivindicação seria, portanto, “equivocadamente transformada na bandeira prioritária desta luta”.

Um dos recursos utilizados pelo jornal, para sustentar o argumento de uma pauta já conquistada, é o de utilizar o exemplo de mulheres

ocupando profissões tipicamente “masculinas”, como a de juíza, metalúrgica, tenente e caminhoneira, destacadas, em algumas matérias, através do uso de fotografias.

Em uma das edições, o argumento é reafirmado através do aumento de famílias chefiadas por mulheres: “espaço conquistado: 18,24% de chefes de família, na cidade, são do sexo feminino” (*Pioneiro*, 8 de março de 1996, p.16). É inegável que, nesse contexto, há um aumento da população feminina economicamente ativa: segundo Soihet (2004), “em 1973, apenas 30,9% da população economicamente ativa eram do sexo feminino. Mas, em 1999, elas já representavam 41,4% do total”.

Esse aumento da participação feminina no mercado de trabalho pode ser explicado pela combinação de alguns fatores, partindo da intensa articulação dos movimentos de mulheres e feministas, que conquistaram a ampliação ao direito à cidadania, no mundo do trabalho para as mulheres e outros direitos firmados com a Constituição de 1988; também, como consequência de fatores sociais, políticos e econômicos, como a ascensão de um novo modelo produtivo em que a formação educacional é uma necessidade para esse novo mercado de trabalho, e as mulheres nesse período, como são maioria da população e apresentam um nível de escolaridade elevado, são beneficiadas nesse sentido; finalmente, apresentam diminuição na taxa de fertilidade.

Entretanto, a maior inserção feminina no mercado de trabalho, inclusive em profissões antes restritas aos homens, guarda algumas contradições que questionam as condições desse “espaço garantido entre barreiras” e essa “participação profissional” que “rompe barreiras”.

O modelo neoliberal resultará em um fenômeno estudado, a partir dos anos 1980, chamado “feminização da pobreza”. Toledo, Amaral e Leite (2017) criticam o Estado pela não interferência no mercado e os sindicatos, na opressão às reivindicações por melhores salários, condições de trabalho e políticas públicas, somado às medidas neoliberais e à alta no desemprego, resultando no aumento da pobreza e miséria, que atingem principalmente as mulheres. O crescimento da mão de obra feminina nesse contexto, segundo as autoras, é acompanhado de uma acentuação da exploração/dominação das mulheres, que pode ser traduzida através dos dados que demonstram a disparidade salarial e a dupla jornada de trabalho. Além de impactos na subjetividade feminina,

causados pelos cortes na saúde e na educação, já que a mulher carrega socialmente a função de cuidadora.

O aumento do número de famílias chefiadas por mulheres, dado apresentado pelo discurso do *Pioneiro* como um sinal de “espaço conquistado”, na verdade, conforme Toledo, Amaral e Leite, pode ser entendido

[...] para além das transformações ocorridas na família deve ser entendida como um fator que aliando o crescimento da pobreza a sobrecarga da mulher chefe de família, resultam no comprometimento de “vínculos estabelecidos na unidade familiar” e compromete o “projeto de emancipação das mulheres”, que nessas condições abrem mão de projetos pessoais em prol do sustento e cuidados com a família (2017, p. 52).

Aliada ao tema mercado de trabalho, a dupla jornada de trabalho é explorada pelo jornal *Pioneiro*; entretanto, a preocupação do periódico, em relação às entrevistadas é de responder como conciliam o trabalho produtivo com os cuidados da família, sem que haja consequências dessa dupla jornada de trabalho para a saúde física e emocional das mulheres, para a profissionalização, para o acesso ao mercado de trabalho, à educação e como isso age sobre as relações entre os sexos. Além desse silenciamento, o jornal *Pioneiro* utiliza exemplos de mulheres que conciliam o trabalho produtivo com o trabalho doméstico, como forma de naturalizar a dupla jornada de trabalho das mulheres. A publicação de 8 de março de 1996, é representativa nesse aspecto.

A reportagem usa o exemplo das trabalhadoras rurais para defender a tese de que a fragilidade associada ao sexo feminino não condiz com a realidade. Apesar da aparente boa intenção da matéria, é possível observar que o jornal usa esse paradigma como, sozinho, suficiente para desmitificar a noção de fragilidade associada às mulheres e, portanto, não seria necessária a organização dos movimentos feministas. Isso fica implícito no discurso ao fazer referência a uma imagem estereotipada, frequentemente utilizada para se referir ao movimento feminista,

identificando-o pejorativamente como um movimento radical, expresso na frase “queimar sutiãs em praça pública”. O jornal reforça a sentença ao dizer que discussões sobre independência financeira ou virgindade são infrutíferas; ou seja, a independência financeira, tão fundamental para que muitas mulheres possam se libertar de situações de violência ou de exploração sexual, decorrentes da dependência econômica, e temas ligados à sexualidade como o tabu da virgindade, que, a partir da década de 1960, começam a ser questionados e se tornam pauta importante do movimento de mulheres, são irrelevantes conforme o discurso do *Pioneiro*.

As autoras da matéria jornalística descrevem a longa jornada de trabalho de Assunta, tanto o trabalho na lavoura, como o trabalho doméstico e, apesar da entrevistada ter consciência de que a mulher trabalha mais que o homem, já que assume os afazeres domésticos, o discurso não aproveita a data para debater sobre os prejuízos da dupla jornada para a mulher, tampouco propõe qualquer reflexão para a necessidade de divisão das tarefas domésticas e os cuidados dos filhos entre os sexos; ao contrário, o discurso evoca o exemplo de Assunta para naturalizar e reafirmar a dupla jornada de trabalho das mulheres.

Percebe-se que a entrevistada internalizou o papel de cuidadora do lar e da família ao atribuí-los exclusivamente às mulheres. As autoras da entrevista, por sua vez, utilizam a fala de Assunta para afirmar que esse é o “valor da mulher”, ou seja, a mulher sobrecarregada pela dupla jornada de trabalho assume, no discurso, uma categoria de bom exemplo a ser seguido pelas mulheres, reduzindo o papel social das mulheres ao lar e aos cuidados de mãe e esposa.

Fabricação dos candidatos

São indiscutíveis o poder e a influência que as mídias exercem sobre a população, perceptível na forma de consumir certo produto, nos estereótipos criados sobre grupos específicos de pessoas e sua capacidade de, até mesmo, mudar os rumos de uma eleição presidencial.

A pesquisa *A fabricação dos candidatos: eleições entre 1989 e 1998* analisa as representações feitas pelo jornal *Pioneiro* dos candidatos às eleições presidenciais no Brasil. Para a realização da análise, é necessário observar atentamente a forma de retratação que estes meios jornalísticos

fazem dos sujeitos em questão e de seus discursos, para melhor compreender os resultados obtidos e as representações formadas nas eleições pesquisadas.

O recorte da pesquisa se limita aos candidatos mais votados das eleições (em primeiro e, quando acontece, em segundo turno), as representações são estudadas no caderno especial de fim de semana da semana anterior à eleição, no dia da eleição e no caderno especial de final de semana posterior ao pleito. A escolha se deve ao fato de que os cadernos de finais de semana dos jornais possuem uma quantidade maior de página (principalmente em função de corresponderem aos sábados e domingos), o que permite uma atenção mais detalhada aos assuntos retratados; ademais, costumam ter uma circulação maior entre a população e, por fim, sua proximidade ao pleito eleitoral, o que permite perceber possíveis mudanças de discurso sobre um candidato eleito, logo que a disputa acaba ao analisar o caderno posterior à eleição.

O conceito de representação está amparado nos escritos de Burker (1994) em *A fabricação do rei*, em que discorre longamente sobre como se deu a construção da imagem de Luís XIV e como se construiu seu “marketing político”, deixando de lado o real de seu personagem e dando voz justamente à construção simbólica feita em torno dele.

Além de dar voz aos símbolos que envolvem o rei que sobe ao trono em 1643, Burke dedica tempo de sua obra para estudar as representações feitas pela mídia da época sobre o personagem estudado, abrangendo pinturas, moedas, arcos espalhados pela cidade e até produções literárias. Sendo assim, em sua obra o autor não fala tanto do rei da França, mas sobre a imagem pública, sobre o personagem na imaginação coletiva, que foi criado e como sua imagem permaneceu marcada no imaginário.

Ao abordar o tema representação, Pesavento (2006), em seu artigo *Cultura e representações, uma trajetória*, traz a noção de que “homens elaboram ideias sobre o real, que se traduzem em imagens, discursos e práticas sociais não só qualificam o mundo como orientam o olhar e a percepção sobre esta realidade”.

Assim, no encontro desses autores, surgem reflexões sobre a construção dos candidatos às eleições citadas. É coerente considerar que a pesquisa se localiza no eixo da História do Tempo Presente e que, portanto, são necessárias ponderações advindas do fato de que, ao usarmos como objeto acontecimentos historicamente recentes, estamos lidando

com fatos que ainda não se dão por concluídos, com personagens que ainda estão atuando na história política brasileira.

Além do fato de serem acontecimentos ainda correntes, é importante lembrar que, ao analisar esses contextos, não tão afastados temporalmente, não é raro que os estudos entrem em conflito com memórias construídas pela e na população, após algum tempo do acontecido, o que possibilita discordâncias em relação aos resultados obtidos com as metodologias empregadas. Por outro lado, a ocorrência de discordâncias é valiosa para o desenvolvimento de novos trabalhos e outras percepções.

A metodologia utilizada é a mesma do tema anterior: alicerçada na ACD defendida por Fairciough (2001), que entende o discurso como uma prática social reprodutora e transformadora de realidades. Nesse ponto, dialogando mais uma vez com o que Burke descreve sobre a construção midiática feita de e por Luís XIV, a pesquisa foca em construções que o jornal *Pioneiro* faz dos concorrentes à presidência da República e endereça a seus leitores a intencionalidade de informar, para auxiliar na decisão do voto para o cargo máximo do Poder Executivo brasileiro.

Dos resultados obtidos até o momento, considera-se o fato de os discursos de propostas mais populistas e com narrativas simples, quando empregados pela mídia, tendem a ganhar as eleições analisadas, independentemente do âmbito político em que se encontrem os candidatos.

Nota-se, também, uma mudança na atenção dada pelo jornal aos pleitos eleitorais, com grande ênfase à primeira eleição pós-período ditatorial, 1989, quando até os cadernos de esporte davam atenção às intenções de votos dos entrevistados. Entretanto, nas eleições posteriores (provavelmente influenciados pelo descrédito causado com o caso de Fernando Collor de Melo), a atenção dada pelo jornal cai drasticamente, chegando a ser uma disputa praticamente inexistente na eleição de 1998, quando não houve segundo turno e houve a influência da aprovação de Emenda Constitucional em 1996, que alterou a legislação, passando a ser possível a reeleição.

A eleição de 1998 esteve pautada, no jornal, pelo entusiasmo resultante dos benefícios oriundos do Plano Real, sendo o presidente do período, Fernando Henrique Cardoso, um dos responsáveis pela

execução do plano econômico que, após longas décadas, estabilizou a economia. Assim, depreende-se que o discurso associando o presidente com as consequências favoráveis na economia favoreceram a imagem positiva do candidato à reeleição. Por outro lado, o segundo candidato que apresentava preferência dos eleitores, Luiz Inácio Lula da Silva, é representado como radical da esquerda, sem condições de administrar o País, sendo dada ênfase ao fato de que o partido do candidato questionou e até se opôs ao Plano Real.

O resultado da eleição aparece, na narrativa, como satisfatório, apontando que os eleitores fizeram a escolha certa, referendando de forma silenciosa sua atuação na fabricação dos candidatos.

Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST)

O movimento social MST é outro tema que, normalmente, não é discutido em materiais didáticos e encontra diminuta reflexão na sociedade, a não ser em momentos de ocupação, conflitos e violação de direitos.

O estudo é de caráter qualitativo, a partir da análise histórico-crítica das notícias veiculadas pelo jornal *Pioneiro* entre os anos de 1995 a 2010. O amparo metodológico foi a análise do discurso conforme Rocha (2005), pois essa metodologia demonstra sua validade, uma vez que percebe o jornal impresso não apenas como um mero veiculador de notícias, mas como portador de intencionalidades e inserido em um contexto social, político e econômico.

Criado efetivamente em 1984, durante congresso na cidade de Cascavel no Paraná, o MST é fruto da demanda histórica e permanente por distribuição mais igualitária de terras, pela Reforma Agrária e por mudanças sociais no País. O movimento, que tem suas primeiras ações na Região Sul do País, tornou-se relevante em âmbito nacional e reconhecido internacionalmente. Em poucos anos, o MST passou a ser um dos – senão o – principais movimento social do Brasil. À medida que o movimento cresceu em relevância social e política, cresceu também a repercussão de sua pauta e suas ações no território nacional. Desde a sua criação até os dias de hoje, o MST é noticiado rotineiramente em jornais de grande circulação.

A partir das pesquisas realizadas no jornal *Pioneiro* sobre o MST, nos anos de 1995 até 2010, constatou-se que é na década de 1990 que as pautas e ações do movimento ganham maior publicação. É o momento de crescimento vertiginoso do movimento, de intensificação de suas ações, ganho de grande apoio popular não apenas da sociedade civil, mas também de setores políticos, os quais passam a atuar em conjunto com o movimento. No entanto, é também no final da década de 90 que o movimento passa a ser mais questionado por suas ações e demandas.

O ano de 1996 foi um ano-chave para a história do movimento e para a sua repercussão no jornal. Em abril daquele ano, ocorreu o Massacre dos Carajás, em que trabalhadores rurais ligados aos MST são mortos em confronto com a polícia do Estado do Pará, durante uma ocupação de terra na cidade de Eldorado dos Carajás. É através desse ocorrido que o movimento passa a ser veiculado com mais abrangência e maior destaque pelo *Pioneiro*, sua repercussão ocupa mais espaços do jornal, ganha manchetes, mais textos – inclusive nas sessões de economia, política – e passa a ser objeto de análise de autores da coluna Opinião.

Na década de 90, o movimento tem considerável apoio popular e político, uma vez que o debate sobre a terra evidencia pontos que o MST aponta como relevantes para a discussão econômica e política do País, afinal o Brasil possuía grandes extensões de terras improdutivas nas mãos de poucas pessoas, o chamado latifúndio improdutivo. Nesse momento, a proposta do MST para a questão da terra no Brasil era não apenas coerente para quem defendia maior igualdade social, mas também eficaz no sentido econômico, uma vez que, além de distribuir terra e trabalho para os sem-terra, solucionaria a problemática das grandes extensões de terras improdutivas.

No entanto, o MST não atinge o êxito almejado. Um dos motivos é a forte força política dos grandes proprietários de terras contrários à reforma agrária; outro motivo está relacionado à política econômica neoliberal, adotada pelo Brasil, no final dos anos 80, intensificando-se na década seguinte. O jornal *Pioneiro* evidencia os motivos citados ao publicar os frequentes embates entre o MST e suas lideranças, como João Pedro Stédile e o então ministro da Política Fundiária e, posteriormente, ministro do Desenvolvimento agrário de FHC, Raul Jungmann.

O jornal concebe que o movimento perde parte de sua força, quando a política de expansão e modernização do setor agropecuário, já corrente no Brasil, ganha ainda mais força. A partir da intensificação dessa política, o então criticado latifúndio passa a adquirir mais sentido econômico para o país e a pauta da reforma agrária e da distribuição de terras torna-se secundária, uma vez que há uma modernização do campo, portanto, menos trabalhadores necessários, além da política econômica idealizar a exportação de monoculturas, como a soja.

Paralelamente às mudanças econômicas que o cenário agropecuário brasileiro está passando, o jornal *Pioneiro* passa a questionar, através de colunas de opinião, o real papel do MST. Evidentemente, não é exclusivamente o jornal que faz isso, o *Pioneiro* apenas demonstra, através de suas notícias, o que os demais setores nacionais estão defendendo sobre o tema.

No final da década de 90 e início dos anos 2000, o MST continua sendo noticiado com frequência pelo periódico. É constatado que o jornal se torna mais crítico e contrário ao movimento: posição diretamente relacionada à crise econômica nacional e às ações neoliberais. Essa narrativa se evidencia predominantemente nas colunas de opinião, nas quais seguidamente colunistas questionam algumas ações do movimento e a matriz de pensamento ao qual o MST está alinhado. Raramente é feito um contraponto às opiniões críticas ao movimento.

Nas demais sessões do impresso, segue a lógica de apenas informar os eventos relevantes sob uma pretensa neutralidade. Quando comparado com o jornal *Zero Hora*, também pertencente ao grupo RBS, percebe-se que está replicando aquele impresso.

É importante salientar que a luta por terra no Brasil remete ao Período Colonial, permanecendo no Império brasileiro e se mantendo na República. Portanto, o acesso à terra, a diminuição da desigualdade social e a reforma agrária parecem ser pautas permanentes em nossa história.

Considerações finais

Ao estabelecer diálogos entre a historiografia e impressos jornalísticos, o trabalho possibilitou investigações sobre temas do tempo presente.

Para tanto, reuniu critérios para a pesquisa e uso de impressos no ensino, pois defende que esses são uma fonte-objeto capaz de significar temas considerados sensíveis e próximos das vivências do pesquisador e do contexto escolar.

Assim, o tema relacionado às mulheres concluiu, sobre sua relevância, que não cabe mais o discurso recorrente em várias instituições no início do século XX, que excluía as mulheres do espaço público, sobretudo do mercado de trabalho, no qual as mulheres trabalhadoras sofriam com o rótulo pejorativo de mulher pública. É impossível negar que as mulheres conquistaram cidadania no mercado de trabalho; entretanto, essa não pode ser considerada uma reivindicação já superada no movimento de mulheres, seja feminista ou não, pois, ainda hoje, as mulheres sofrem diversas discriminações no mundo do trabalho. Assim, é questionável o discurso do jornal *Pioneiro* ao se referir como “um espaço garantido em meio a barreiras”, “participação profissional” que “rompe barreiras” ou, como uma reivindicação, “equivocadamente transformada na bandeira prioritária” do movimento de mulheres, pois, como lembra a História, essas discriminações oscilam ao sabor das mudanças políticas e econômicas, não tendo sido superadas. Se o discurso em relação ao trabalho feminino fora de casa mudou e passou a ser aceito, guardadas as ressalvas já mencionadas, o mesmo não se pode dizer em relação ao discurso que vê o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos como ser responsabilidade exclusiva das mulheres. O silenciamento sobre as consequências de uma dupla jornada de trabalho exclusiva às mulheres e o uso de “exemplos positivos” de mulheres que conciliam trabalho fora de casa com o doméstico, como forma de naturalizar a dupla jornada, contribuem para reproduzir relações sociais desiguais entre os sexos.

Quanto ao tema trabalhadores, concluiu-se que a questão da terra e dos movimentos sociais a ela relacionados é fruto de uma demanda histórica e ainda não resolvida no Brasil. O MST nasce na redemocratização do País, quando a ação e articulação de movimentos sociais no campo e na cidade estão em crescimento, seguindo a democracia como palavra de ordem. É possível concluir que as pautas levantadas pelo MST, desde sua origem até hoje, seguem em aberto, o movimento ainda é ativo e relevante e permanece sendo contestado pelos grupos conservadores da sociedade.

O debate sobre a questão agrária segue sendo pertinente no impresso, associado a outras temáticas relacionadas à terra nas últimas décadas,

como a expansão da fronteira agrícola, a invasão de terras demarcadas como de preservação na floresta amazônica, invasão de terras indígenas, questão do uso de agrotóxicos, a recorrente grilagem de terras e a própria desigualdade social crescente em consequência dessas ações.

Tecendo considerações sobre a fabricação de candidatos, o estudo salienta a necessidade de observação, a partir da análise crítica do discurso, de aspectos discursivos presentes em maior ou menor quantidade, favorecendo ou desfavorecendo candidatos. Tais práticas estão relacionadas às intencionalidades do próprio impresso, uma vez que a postura narrativa é alterada nos contextos eleitorais, respondendo também à mudança de proprietários.

Conclui-se que os resultados obtidos correspondem ao endereçamento e também à materialidade do jornal, os quais, associados aos critérios reunidos no estudo, possibilitaram a percepção da importância de temas do tempo presente e das suas narrativas no impresso, que contribuem para o entendimento de outras narrativas e documentos históricos, assim como para novas pesquisas.

Notas

¹ O estudo é resultado da Pesquisa “Narrativas presentes no jornal Pioneiro: análise e uso no Ensino de História”, desenvolvida no Programa de Pós Graduação Mestrado Profissional em História, da Universidade de Caxias do Sul.

² Os temas foram escolhidos pelos bolsistas de Graduação em História, nas reuniões após revisão bibliográfica e debates sobre a imprensa no Brasil. A opção pela livre

escolha obedeceu ao entendimento de que cada um deveria escolher o tema com o qual mais se identificasse, desenvolvendo maior autonomia. Os alunos e seus respectivos assuntos: Eduardo Grifante optou pelo estudo relacionado ao MST; Rubia Hoffman dedicou a pesquisa às questões referente à mulher; Erick Porto trabalhou com as representações na fabricação dos candidatos à presidência da República.

Referências

- ALBERTI, Verena. O historiador e suas fontes. Palestra. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL), 7., 2015. *Anais [...]* Ufal, 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/17196/ensino%20de%20historia%20e%20fontes.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2019.
- BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997.
- BRAGA, José Luiz. *A sociedade enfrenta a sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo: Paulus, 2006.
- BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e história do Brasil*. Contexto, São Paulo: Edusp, 1988.
- CARTER, Miguel (org.) *Combatendo a desigualdade: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2008.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007
- DE PAULA, Rogéria; GONÇALVES, Silvana. Difícil jornada de sol-a-sol no interior. *Jornal Pioneiro*, Caxias do Sul, p.15, 8 de mar. de 1996.
- D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (org.) e FONSECA, Cláudia. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- ELLSWORTH, Elizabeth. "Modos de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também." In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Trad. de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FICO, Carlos. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: O caso brasileiro. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p.43-59, jan./jun. 2012.
- FALCON, Francisco J. C. História cultural e história da educação. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 32, maio/ago. 2006; Universidade Salgado de Oliveira, Programa de Pós-Graduação em História.
- FERNANDES, Ana L. C. O impresso e a circulação de saberes pedagógicos: apontamentos sobre a imprensa pedagógica na história da educação. In: MAGALDI, Ana M. B. de; XAVIER, Libânia N. *Impressos e história da educação: usos e destinos*. Rio de Janeiro: Letras, 2008.
- GIRON, Loraine S.; POZENATO, Kenia. *100 anos de imprensa regional (1897-1997)*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.
- GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORE, Mary (org.); FONSECA, Cláudia. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, 2011.
- MENDES JÚNIOR, Paulo. Dupla Jornada exige concessões diárias. *Jornal Pioneiro*, Caxias do Sul, p.16, 8 mar. 1993.
- KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia. *A memória evanescente*. Disponível em: [MÉTIS: história & cultura – XERRI, Eliana Gasparini. v. 18, n. 36, jul./dez. 2019](http://proae.urca.br/portall/docs/pdf/editais-</p></div><div data-bbox=)

- 2016/bolsas/Texto%20para%20Prova%20%20A%20memoria%20evanescente.pdf. Acesso em: 29 ago. 2019.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cultura e Representações, uma trajetória. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23-24, n. 13, p.45-58, jan./dez. 2006.
- PIONEIRO, Jornal. Mulheres comemoram seu dia. *Jornal Pioneiro*, Caxias do Sul, p. 3, 7 e 8 mar.1992
- PIONEIRO, Jornal. “Protesto feminista revela esvaziamento”. *Jornal Pioneiro*, Caxias do Sul, p. 2, 9 mar.1992
- PIONEIRO, Jornal. “A condição feminina”. *Jornal Pioneiro*, Caxias do Sul, p. 6, 8 mar. 1994
- PONTALTI, Patrícia. Espaço garantido em meio às barreiras. *Jornal Pioneiro*, Caxias do Sul, p. 5, 8 mar. 1995
- PONTALTI, Patrícia. Violência predomina dentro de casa. *Jornal Pioneiro*, Caxias do Sul, p.16, 8 mar. 1996
- RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (org.); FONSECA, Cláudia. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- ROCHA, Décio. *Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória*. 2005.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas; AZEVEDO, Fernando Antonio. Mídia e Política no Brasil: Textos e Agendas de Pesquisa. *Lua Nova*, São Paulo, v. 43, p. 190-255, 1998.
- SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. *Revista HISTEDBR* On-line. http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art5_22e.pdf. Acesso em 30 de agosto de 2019.
- SCOTT. Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf . Acesso em: 10 set. 2019.
- SOIHET. Rachel. O sexo difamado. *Nossa História*, Biblioteca Nacional, ano 1, n. 3, 2004.
- SOIHET. Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (org.); FONSECA, Cláudia. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- TOLEDO, Laisa Regina di Maio Campos; AMARAL, Sueli Gião Pacheco; LEITE, Rosalina de Santa Cruz; Trabalho e feminização da pobreza. *Presença de mulher*, ano xxx, v. 2, edição especial. 2017.